



Relatório de Gestão e Contas  
**Fundação Côa Parque**  
Ano de 2017

Abril de 2018



## Conteúdo

Introdução.....	3
Atividades desenvolvidas pelo Conselho Diretivo da Fundação Côa Parque.....	4
Atividades desenvolvidas pelos serviços da Fundação Côa Parque .....	7
1) Exposições temporárias .....	7
<i>Exposições temporárias no Museu do Côa</i> .....	7
<i>Exposições temporárias fora do Museu do Côa</i> .....	7
2) Programação.....	8
<i>Programação especial em dias comemorativos</i> .....	8
<i>Atividades especiais no Museu do Côa</i> .....	9
3) Visitas e Serviços Educativos .....	9
4) Investigação e desenvolvimento .....	14
<i>Prospecção e Monitorização do Território</i> .....	14
<i>Projectos de investigação</i> .....	14
<i>Levantamentos de arte rupestre</i> .....	15
<i>Actividades de gabinete (arte rupestre e materiais arqueológicos)</i> .....	16
<i>Redes de I&amp;D</i> .....	16
<i>Teses de Doutoramento</i> .....	16
<i>Publicações</i> .....	17
<i>Comunicações em jornadas científicas</i> .....	19
<i>Pareceres</i> .....	20
5) Candidaturas, Parcerias, Contratos, Mecenato.....	21
6) Comunicação e Imagem .....	22
Análise Económico-Financeira.....	23
1) Análise Financeira (patrimonial).....	23
2) Análise Económica.....	28
3) Estrutura dos rendimentos .....	29
4 – Estrutura dos gastos .....	30
Proposta de aplicação de resultados .....	32
Acontecimentos subsequentes .....	32
Conclusão .....	32
Anexos .....	34
Anexo 1 – Anexo às Contas .....	34
Exercício de 2017 .....	34
Anexo 2 – Balanço em 31/12/2017 e 31/12/2016 .....	59
Anexo 3 – Demonstração dos Resultados em 31/12/2017 e 31/12/2016 .....	60
Anexo 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2017 e 31/12/2016 .....	61



## Introdução

A Côa Parque — Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de março, como fundação pública com regime de direito privado, tendo como fins principais a salvaguarda, conservação, investigação, divulgação e valorização da arte rupestre do Vale do Côa.

Na sequência das vicissitudes sofridas pela Fundação desde a sua criação, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016, de 30 de novembro, veio identificar as grandes linhas de orientação estratégica para a respetiva atuação, no âmbito dos objetivos que lhe cumpre prosseguir. “Estas linhas de orientação estratégica passam (i) pelo desenvolvimento de atividades científicas e de investigação ligadas ao património cultural e natural da região, (ii) por ações de educação ambiental e de sensibilização de diversos públicos, visando a proteção e valorização dos recursos hídricos, espécies e habitats nela existentes, (iii) pelo reforço do aproveitamento das potencialidades turísticas, (iv) pela criação de novas infraestruturas e serviços de apoio ao desenvolvimento económico, propiciando a fixação das populações, o crescimento e a criação de riqueza, com vista a inverter tendências de desertificação e envelhecimento populacional, e (v) por promover, através do conjunto destas vertentes, o reforço da integração e da coesão territorial do projeto e a sua renovada e persistente valorização internacional”.

O Decreto-Lei n.º 70/2017, de 20 de junho procedeu à primeira alteração aos Estatutos da Fundação Côa Parque, adaptando-os à Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015) e refletindo as alterações estruturais consideradas necessárias para o cumprimento integral da missão mais abrangente que, entretanto, lhe foi atribuída. De entre as novidades mais significativas destaca-se a constituição de um Conselho Consultivo (sucessor do anterior Conselho de Fundadores), onde estão representadas instituições de âmbito nacional, regional e local; a reformulação das entidades financiadoras – Direcção-Geral do Património Cultural, Turismo de



Portugal, IP, Agência Portuguesa do Ambiente, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa e Associação de Municípios do Vale do Côa; e o reforço “da sua ação através da área da ciência, tecnologia e ensino superior, em estreita articulação com as áreas da cultura, da economia, do turismo e do ambiente, designadamente mediante o envolvimento das instituições científicas e de ensino superior, com vista ao desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica centrada na valorização patrimonial, científica e ambiental do Vale do Côa”.

## **Atividades desenvolvidas pelo Conselho Diretivo da Fundação Côa Parque**

No primeiro semestre de 2017, o Parque Arqueológico e o Museu do Côa mantiveram o seu funcionamento regular, apesar de a gestão da Fundação se manter com uma administração provisória.

No segundo semestre de 2017, com a publicação dos novos estatutos foi designado um novo Conselho Diretivo, constituído por Bruno J. Navarro, Maria Manuel Oliveira, Nuno Fazenda, em representação dos Ministérios da Cultura, Ciência e Turismo, e da Associação de Municípios do Vale do Côa.

De entre as atividades desenvolvidas durante aquele período, cumpre destacar:

- a) Realização de REUNIÕES com colaboradores do PAVC | operadores turísticos locais, regionais e nacionais | potenciais parceiros estratégicos | prestadores de serviços externos | Ministério da Cultura | DGPC | Turismo de Portugal I.P. | Secretaria de Estado da Ciência | Tecnologia e Ensino Superior | Agência Portuguesa do Ambiente | ICNF | Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros | Autarquias | Associações de Desenvolvimento | ACÔA | Associações Culturais | Associação de Comerciantes | DRCN | DRCC | Fundação Museu do Douro | Associação Transumância e Natureza |



Plataforma Ciência Aberta | Fundação para a Ciência e Tecnologia |  
Universidade do Minho | UTAD | RCAAP;

- b) Realização de várias reuniões com grandes grupos empresariais nacionais e internacionais, destinados ao estabelecimento de parcerias;
- c) Constituição de 5 GRUPOS DE TRABALHO para elaboração de Plano de Salvaguarda e Sustentabilidade do Parque Arqueológico do Vale do Côa | Plano de Eficiência Energética | criação de uma rede de sensores para o território do PAVC | revisão da bilhética | criação de um organograma dos serviços, com correspondente identificação dos conteúdos funcionais;
- d) Acompanhamento ativo do processo de resolução das inconformidades/deficiências identificadas na construção do Museu do Côa (articulado com IHRU - dono de obra, DGPC, DRCC, Arquitetos);
- e) Definição de uma nova política de preços, descontos e gratuidades – em vigor a partir de 2018;
- f) Definição de um novo mapa de horários de abertura e fecho do Museu, para vigorar a partir de Março de 2018;
- g) Estabelecimento de novos horários e procedimentos de visitas aos núcleos das gravuras rupestres, para vigorar a partir de Março de 2018;
- h) Instituição de abertura do Museu às 2<sup>as</sup> feiras e não encerramento à hora de almoço, para vigorar a partir de Março de 2018;
- i) Definição de um organograma de funcionamento da Fundação (primeiro desde a sua criação) com definição de áreas e conteúdos funcionais da Fundação, para vigorar a partir de Março de 2018;
- j) Obtenção de apoio jurídico e administrativo por parte da Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros;
- k) Alteração nos serviços de contabilidade da Fundação, passando a ser assegurados pela Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros, para vigorar a partir de Maio de 2018;



- l) Renegociação de contratos: (i) Fiscalização técnica (redução de 3000 para 1000 € anuais); (ii) Vigilância (aumento de contrapartidas para Fundação - horários e serviços); (iii) Restaurante;
- m) Desbloqueamento de verbas dos fundadores;
- n) Estabelecimento de acordo com mais de 15 operadores privados de âmbito local para reforço da oferta de visitas aos núcleos das gravuras rupestres, para vigorar a partir de Março de 2018;
- o) Redução substancial das dívidas a fornecedores;
- p) Candidatura aprovada pelo Turismo de Portugal (TdP) destinada a obter financiamento para a valorização turística do PAVC;
- q) Elaboração de candidatura ao European Research Council, para a atividade de investigação;
- r) Resolução de um conjunto de anomalias de gestão identificadas pela Direção Geral do Orçamento
- s) Aproximação ao Centro Português de Fundações, Rede do Património Mundial de Portugal, Museu do Douro, Rede de Museus do Douro e associação ao Projeto Entre Serras;
- t) Participação na *Bienal Ibérica de Património Cultural* e em programas de informação e divulgação nacionais e internacionais
- u) Organização do *Encontro Turismo Sustentável, Conhecer e Preservar o Património*;
- v) Preparação de *Plano Estratégico 2018-2022* e do *Plano de Actividades para 2018*;



## Atividades desenvolvidas pelos serviços da Fundação Côa Parque

### 1) Exposições temporárias

7

#### Exposições temporárias no Museu do Côa

- a) 10/03 a 10/05 - *Pioneiros do xisto - processos biológicos da colonização da arte rupestre ao ar livre*, de Joana Marques [Fotografia, Vídeo e Escultura];
- b) 19/05 a 03/07 - *Caminhos cruzados: do Ocidente à Coreia do Norte*, de João Pedro Camelo [Fotografia];
- c) 01/08 a 02/10 - *3ª Global Print: Coletivo Internacional*, curadoria de Nuno Canelas [Pintura e Gravura];
- d) 21/10/2017 a 24/02/2018 - *Água Pedra*, de João Vilhena e Sandra Baía, com curadoria de Alexandra Silvano [Escultura e Fotografia];

#### Exposições temporárias fora do Museu do Côa

- a) 08/07 a 30/09 - *Novos Olhares sobre a Arte do Côa: Gravura Contemporânea e instalação*, coordenada por José Quaresma, José Morais Arnaud e Célia Nunes, curadoria de José Quaresma, no Museu Arqueológico do Carmo [Gravura e Escultura];
- b) 05/12 a 28 de fevereiro 2018 – *Vale do Côa: Singularidades de um Território*, com trabalhos de António Martinho Baptista, Jaime António, José Paulo Ruas e Jorge Sampaio, na Presidência do Conselho de Ministros [Fotografia].



## 2) Programação

### Programação especial em dias comemorativos

- a) Festividades da Amendoeira em Flor, entre Fevereiro e Março: promoção da iniciativa *Conhecer a importância dos pombeiros na História recente do Vale do C<sup>o</sup>a*;
- b) Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, 18/04: promoção da iniciativa *Tudão à Quinta do Monte Xisto: Memórias do vinho em espaços rupestres*, em parceria com a Quinta do Monte Xisto, Mateus Nicolau de Almeida e Miles Away; realizaram-se, ainda várias visitas aos espaços técnicos e reservas do Museu do C<sup>o</sup>a;
- c) Comemoração do Aniversário do Museu do C<sup>o</sup>a, 30/07 a 05/08: promoção da iniciativa *Do projeto ao objeto: visitas aos bastidores do Museu do C<sup>o</sup>a*; animação musical nos espaços interior e exterior do museu, por João Santos (gaita de fole e contrabaixo); realização da sessão teórico-prática de Astronomia, *Um Planeta à Maneira - Astronomia no C<sup>o</sup>a*, dirigida por Augusto Matos, numa parceria com a Associação de Física da Universidade de Aveiro;
- d) Aniversário dos 21<sup>o</sup> Aniversário do Parque Arqueológico do Vale do C<sup>o</sup>a, 9 a 10/8: Visita noturna ao núcleo de Arte da Penascosa e observação astronómica do céu noturno do C<sup>o</sup>a, conduzida por João Retré, numa parceria com a Plataforma de Ciência Aberta e Instituto de Astrofísica e Ciência do espaço; Concerto noturno no Museu do C<sup>o</sup>a, pela Orquestra do Norte, dirigida pelo Maestro Ferreira Lobo, numa parceria com a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz C<sup>o</sup>a.
- e) Jornadas Europeias do Património, 22 a 24/09: realização das atividades: *Pelo caule da memória - Dos usos e costumes das árvores e plantas do C<sup>o</sup>a*; *Olhar a Paisagem, Proteger o Património*; *À descoberta do Vale do C<sup>o</sup>a* (jogo);



- Navegar nas águas da memória do Côa* (atividade de turismo fluvial); e *Residência artística no Museu do Côa - Concertos no Património*, em parceria com a Direção Geral do Património Cultural, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Foz Côa e Associação dos Amigos do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- f) Comemoração dos 19 Anos da classificação da arte do Coa como Património Mundial pela UNESCO, 2 a 8/12: promoção das atividades *Gyps* (ambientes sonoros improvisados, com recurso a instrumentos acústicos); *Conversas com História* (tertúlia no Museu do Côa, em parceria com Restaurante *CôaMuseu* e Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Foz Côa; Abertura da Exposição *Parque Arqueológico do Vale do Côa: singularidades de um território*, na Presidência do Conselho de Ministros; espetáculo musical com o grupo *Sons do Douro*, no Museu do Côa, em parceria com a Fundação Museu do Douro.

#### Atividades especiais no Museu do Côa

- a) 25/09 - Fórum *Turismo Sustentável no Côa, que futuro?*, em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria de Estado do Turismo, Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e a Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior com Cursos na área do Turismo.

### **3) Visitas e Serviços Educativos**

A análise do público em 2017, na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) e Museu do Côa (MC), quando comparado com igual período do ano anterior, apresenta as seguintes variações:



- a. Em 2016 o número total de visitantes foi de 42 599 pessoas, enquanto em 2017 registaram-se 44 661 entradas, o que representa um aumento de 2062 pessoas, ou seja um acréscimo percentual cerca de 4.8%.
- b) Verificou-se uma diminuição de 455 visitantes em 2017, nos núcleos de arte rupestre do PAVC, face a igual período do ano anterior, o que representa um decréscimo de 6.7%.
- c) O MC registou um aumento de 4046 pessoas, o que representa um crescimento de 14.5%.
- d) Outras visitas educativas e culturais registaram uma diminuição de 3689 pessoas face ao mesmo período de 2016, o que corresponde a uma quebra de 87%.
- e) Os operadores privados em 2017 registaram um aumento de 2160 pessoas, o que representa um crescimento de 60% no número total de visitantes.

*Visitantes no Parque Arqueológico e Museu do Côa*

	Penascosa	Canada do Inferno	Ribeira de Piscos	Totais no PAVC	Museu do Côa	Operadores Privados	Outras Visitas	Totais por mês
Janeiro	139	39	0	178	490	63	0	731
Fevereiro	150	82	7	239	1073	278	20	1610
Março	325	111	0	436	2474	229	0	3139
Abril	530	259	12	801	4159	1156	0	6116
Maio	544	221	0	765	2747	528	60	4100
Junho	285	202	0	487	3477	293	65	4322
Julho	315	171	3	489	3336	505	55	4385
Agosto	507	270	5	782	4975	1283	196	7236
Setembro	381	208	32	621	3237	693	52	4603
Outubro	516	204	0	720	2922	375	76	4093
Novembro	415	144	7	566	1626	125	15	2332
Dezembro	208	75	0	283	1487	224	0	1994



Total	4315	1986	66	6367	32003	5752	539	44661
-------	------	------	----	------	-------	------	-----	-------

*Visitas realizadas pelos Operadores privados-protocolados  
com a Fundação C<sup>o</sup>a Parque*

11

Entidade/Parceiro	nº de visitantes
Ramos Pinto - Quinta de Ervamoira	195
Quinta do Chão D'Ordem	120
Rui Reininho	210
Sabor, Douro e Aventura	85
Dourototal	1663
Casa da Cisterna	219
Quinta de Pêro Martins	131
Trilhos do passado	836
Ambieduca	779
Memórias do C <sup>o</sup> a	1049
Miles, Lda.	22
Stone Memories	443
<b>TOTAL</b>	<b>5752</b>



f) Quanto à **nacionalidade dos públicos** o ano de 2017 e face ao mesmo período de 2016, registou um aumento no público nacional e estrangeiro. Sendo que no **público nacional o aumento foi de 2864 pessoas**, o que corresponde a um **crescimento de 12.5%**, por seu lado o **público estrangeiro aumentou 38%**, o que significa uma subida de **3460 visitantes**.





g) O **público escolar** em 2017 não sofreu alterações significativas. No ano de 2017 e quando comparado com igual período de 2016, registou uma **diminuição de 32 pessoas** face ao ano anterior. Em 2017 registaram-se 3167 visitantes enquanto em 2016 deram entrada 3199 visitantes, o que corresponde, a uma **diminuição de 1%**.



O ano de 2017 não apresenta grandes variações, quando comparado com os anos anteriores, relativamente ao fluxo de visitação na Funda o C a Parque (FCP). Assim, o **Museu do C a continua a ser responsável por receber 72% do número total de visitantes** em 2017. Os **núcleos de arte rupestre acolheram 27% dos visitantes** (14% corresponde ao número de visitas realizadas pela FCP e os restantes 13% ficaram a cargo dos operadores privados).

Por último, as **visitas culturais e educativas** sofreram uma queda em 2017 correspondendo apenas a **1% do número total de visitantes**.

Os serviços educativos mantiveram uma programa o regular, nos mesmos moldes de anos anteriores:



- a) Março a Abril: *Côa na Escola* - visitas orientadas no Vale do Côa, subordinadas ao conhecimento da Fauna, Flora, Geologia e Arte Rupestre na região, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Foz Côa;
- b) 07/11: Colaboração na *Jornada de Acessibilidade e Participação Cultural* em parceria com a Acesso Cultura;
- c) 29/11: Reconhecimento do Percurso Pedestre da *Grande Rota do Vale do Côa*, para desenvolver no âmbito das festividades de 2018;
- d) 26/10: Participação no *Encontro Nacional de Ciência Cidadã*, em Lisboa, promovido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em colaboração com a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.
- e) Durante todo o ano: realização das atividades educativas *Oficina de Arqueologia Experimental* e o jogo *À Descoberta do Vale do Côa*.

#### **4) Investigação e desenvolvimento**

##### Prospecção e Monitorização do Território

À semelhança dos anos anteriores, continuou-se este trabalho, de prospecção e monitorização do estado dos sítios arqueológicos. No tocante à prospecção, o inventário foi aumentado em 19 novas rochas, em diversos sítios, fixando-se agora em 1291 rochas. É de destacar a descoberta de um novo sítio com arte rupestre: Quinta da Bouça Velha, sobre o Côa, com motivos paleolíticos e da Idade do Ferro.

##### Projectos de investigação

- a) Projeto *PALÆOCOA - A transição do Neandertal para o Homem Anatomicamente Moderno no Vale do Côa: ambientes, simbolismo e redes*



*sociais*, coordenado pelo arqueólogo Thierry Aubry e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/EPH-ARQ/0326/2014);

- 19 e 20/04 - Campanha de recolha de amostras para datação por luminescência (Optical Stimulated Luminescence) com a presença de Martin Autzen e Eike Rades (DTU NUTECH, Center for Nuclear Technologies) para a datação dos níveis de ocupação do Paleolítico Médio e Superior na Cardina-Salto do Boi, do nível subjacente ao nível azilense da Quinta da Barca Sul. Procedeu-se ainda à recolha de amostras rochosas, com vista à datação da utilização de uma estrutura arqueológica gravettense na Cardina, bem como da exposição de painéis rochosos;
  - 12/04 a 14/07; 9/10 a 13/12 - Trabalhos de escavação arqueológica no sítio da Cardina (Salto do Boi) com o objetivo da recolha de dados de carácter cronológico, geológico, geomorfológico e arqueológico;
- b) Elaboração e submissão de candidatura ao concurso ERC Synergy Grant 2018 do projeto *pChange: On the border: Palaeolithic foragers adaptation to Iberian Atlantic margin climatic changes*, em colaboração com Laure Fontana (UMR 7041 Archéologie et Science de l'Antiquité, Nanterre, FR) e Marcos García Díez (Universidad Isabel I, Burgos, ES);
- c) Participação no PIPA: *Pacto estabelecido entre as Práticas Funerárias e a Paisagem: o Exemplo do Meandro Alto da Corvina - Moinho Velho - Fonte da Romã na Pré-História Recente (Tomar, Portugal)*, Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar, Portugal. Investigador Responsável: Ana Rosa Cruz (Centro Transdisciplinar das Arqueologias do Instituto Politécnico de Tomar (Portugal)). [TA]

### Levantamentos de arte rupestre



- a) 4/10 - Levantamento da rocha 7 da Faia. Rocha com uma cervã gravada atribuível a um período pré-magdalenense;
- b) 11 a 13/09 - Levantamento da rocha 2 do Tudão. Rocha com um dispositivo parietal datado do Azilense;
- c) 6 a 7/09 - Conclusão do decalque da rocha 1 do Tudão. Rocha com um dispositivo parietal que vai do Magdalenense à Idade do Ferro, centrando-se sobretudo no Azilense;

Actividades de gabinete (arte rupestre e materiais arqueológicos)

- a) Julho/Agosto - Revisão da arte móvel do Fariseu;
- b) Julho/Agosto - Vectorização da peça 3, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83 e 84 do Fariseu;
- c) 07/10 - Tratamento para integração no espólio do Museu do C<sup>o</sup>a e estudo dos vestígios líticos recolhidos durante a primeira fase de escavação do sítio da Cardina;
- d) 08/03, 16/03 e 22/03 - Estudo dos materiais arqueológicos do sítio de la Dehesa, depositados no Museu de Salamanca.

Redes de I&D

- a) Integração de dois investigadores doutorados e um investigador não doutorado da Fundação C<sup>o</sup>a Parque, no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ);
- b) Iniciaram-se os contactos com o RCAAP - *Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal*, para formalização da adesão da Fundação C<sup>o</sup>a Parque, tendo-se iniciado o processo de inventário digital científico do Parque Arqueológico do Vale do C<sup>o</sup>a, em formato aberto, no RCAAP.

Teses de Doutoramento



- a) 8/06: SANTOS, A.T. - Defesa com distinção, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da Tese de Doutoramento *A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem norte do Tejo*, perante um júri presidido pelo Prof. Doutor M. Barroca (Universidade do Porto) e composto pelos Doutores R. de Balbín Behrmann (Universidade de Alcalá de Henares, Madrid, arguente), D. Vialou (Museu do Homem, Paris, arguente), T. Aubry (Fundação C<sup>o</sup>a Parque), Maria de Jesus Sanches (Universidade do Porto, orientadora) e Sérgio Monteiro-Rodrigues (Universidade do Porto).
- b) 8/06: Membro do júri das provas de doutoramento do Arqueólogo da Fundação C<sup>o</sup>a Parque, André Tomás Santos;
- c) Coorientação das teses de Henrique Matias (UNIARQ, Universidade de Lisboa, Portugal) e Gabriel Teurquety (Archéologies et Sciences de l'Antiquité (ArScAn), Maison de l'Archéologie et de l'Ethnologie, UMR, França);

### Publicações

- a) AUBRY T., LUÍS L., DIMUCCIO L. (2017). Porque é que a arte do C<sup>o</sup>a se concentra na margem esquerda? Condicionantes geológicas e ambientais para a formação e conservação dos suportes artísticos do Vale do C<sup>o</sup>a. *O Arqueólogo Português*, Série 5 (4/5): 133-174.
- b) AUBRY, T., DIMUCCIO, L., MOURA, M.H. (2017) Paleoambientes e culturas do Paleolítico Superior no Centro e Norte de Portugal: Balanço e perspectivas de investigação. *Estudos do Quaternário*, 17: 29-43.
- c) AUBRY, T., GAMEIRO, C., SANTOS, A.T., LUÍS, L. (2017). Existe Azilense em Portugal? Novos dados sobre o Tardiglaciário e o Pré-Boreal no Vale do C<sup>o</sup>a. In: Arnaud, J.M., Martins, A. (Eds.), *Arqueologia Em Portugal - 2017: Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa: 403–418, 2017.



- d) FERNANDES, A. P. B. (2017). Isto não é um afloramento! É uma rocha de arte rupestre... Factores potenciais de escolha de superfícies de arte rupestre na fase antiga paleolítica da Arte do Côa. In J. Arnaud, A. Martins (Eds.), *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da questão*. Actas do II Congresso da Associação de Arqueólogos Portugueses (pp. 901–1001). Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses.
- e) FERNANDES, A. P. B., Reis, M., Escudero Ramirez, C., & Vázquez Marcos, C. (2017). Integration of stone features and conservation of the Côa Valley and Siega Verde open-air rock-art. *Time&Mind* 10(3), 293-319. <https://doi.org/10.1080/1751696X.2017.1341246>.
- f) LUÍS, L., 2017. Premio Vaccea 2016. Investigación y Divulgación Científicas. Fundação Côa Parque. *Vaccea Anuario*. 10, 59-61.
- g) SANTOS, A. T.; CRUZ, D. J da & BARBOSA, A. F. (2017), "Gravuras e pinturas em dólmenes. O "Grupo de Viseu" de E. Shee (1981) trinta anos depois", in *Actas da mesa-Redonda "A Pré-história e a Proto-História no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro"*, Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta [Estudos Pré-históricos, 17], pp. 403-418.
- h) VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. D.; SANTOS, A. T. & MARQUES, J. N. (2017), "Encenar a morte, ritualizar o espaço: o monumento da Travessa da Lameira de Lobos (Castro Daire, Viseu, Portugal)", in ADROIT, S. & GRAELLS, R. (eds.), *Arquitecturas funerarias y memoria: la gestión de la necrópolis en Europa occidental (ss. X-III a. C.)*. Actas del Coloquio del 13-14 Marzo 2014 celebrado en La Casa de Velázquez (Madrid), Venosa: Osanna Edizioni [Archeologia Nuova Serie, 4], pp. 129-141.
- i) ZILHÃO, J., ANESIN, D., AUBRY, T., BADAL, E., CABANES, D., KEHL, M., KLASSEN, N, LUCENA, A., MARTIN-LERMA, I., MARTINEZ, S.,



MATIAS, H., SUSINI, D., STEIER, P., WILD, E-M., ANGELUCCI, D., VILLAVERDE, V., ZAPATA, J. (2017). Precise dating of Middle-to-Upper Palaeolithic transition in Murcia (Spain) supports late Neandertal persistence in Iberia. *Helyion* (3).

Comunicações em jornadas científicas

- a) 15/12 - AUBRY, T. – “Métodos e técnicas de talhe da pedra na Pré-História”. In *IVª Jornadas de Pré e Proto-História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*.
- b) 25/11 - AUBRY, T., GAMEIRO, C., SANTOS, A.T., LUÍS, L. – “Existe Azilense em Portugal? Novos dados sobre o Tardiglaciário e o Pré-Boreal no Vale do Côa”. In *IIº Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, “Arqueologia em Portugal, estado da questão”*, Lisboa.
- c) 24/11 – FERNANDES, A.B. – “Isto não é um afloramento! É uma rocha de arte rupestre... Factores potenciais de escolha de superfícies de arte rupestre na fase antiga paleolítica da Arte do Côa”. In *IIº Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, “Arqueologia em Portugal, estado da questão”*, Lisboa.
- d) 14/10 - LUÍS, L. – “Incêndios florestais e o seu impacto no património mundial: O caso do Vale do Côa”. In *Encontro Luso-Espanhol de Gestão de Riscos e Emergências em Património Cultural*, Amarante, a convite da Unidad de Gestión de Riesgos y Emergencias de Patrimonio Cultural da Junta de Castilla y León.
- e) 07/10 - AUBRY, T.; DIMUCCIO, L.; CUNHA, L. – “Grutas do Maciço de Sicó (Portugal Central): geologia, geomorfologia e espeleogênese”. In *8º Congresso Nacional de Geomorfologia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



- f) Outubro – FERNANDES, A.B. – Reunião de Stakeholders do projeto europeu *STORM (Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management)*, Lisboa, Outubro de 2017.
- g) Agosto: FERNANDES, A.B. - *Seminário “Arte Rupestre y Turismo Cultural”*, Universidad Internacional Menéndez Pelayo, Santander, Agosto de 2017.
- h) 29/07 – SANTOS, A.T.; AUBRY, T.; BARBOSA, A.F.; LUÍS, L.; SILVESTRE, M. – “O Paleolítico Médio e Superior no Baixo C<sup>o</sup>a”. In *II Jornadas sobre o Paleolítico no Noroeste: De costa a costa: los territorios paleolíticos entre las costas cantábrica y atlántica*, em Triacastela (Galiza) entre os dias 27 e 29 de julho.
- i) Julho – FERNANDES, A.B. – *1st Summer University on Geoparks, Sustainable Regional Development & Healthy Lifestyles* no âmbito da Cátedra UNESCO de “Geoparques, Desenvolvimento Regional Sustentável e Estilos de Vida Saudáveis”, UTAD, que decorreu em Vila Real, Julho de 2017.
- j) Junho – FERNANDES, A.B. - “Whale on the Rock”. in *Bangudae Petroglyphs International Symposium 2017*, Ulsan, Coreia do Sul, Junho de 2017.
- k) 02/05 - LUÍS, L. – “O SIG na gestão e investigação do Vale do C<sup>o</sup>a”, aula apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito da cadeira de Gestão do Património, da responsabilidade do Professor João Muralha Cardos.

### Pareceres

- a) Elaboração de um Parecer específico no âmbito do processo de Avaliação de Impacte Ambiental n.º 2970 do projeto de ampliação da área de exploração da



Mina de Nasce Água (Guia, Ilha e Mata Mourisca, Pombal) e das competências atribuídas à Agência Portuguesa do Ambiente ao abrigo do disposto no artigo do n.º 10 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de Outubro.

### **5) Candidaturas, Parcerias, Contratos, Mecenato**

- a) Assinatura de Contrato de prestação de serviços com a empresa *Douroazul - Sociedade Marítimo-turística, S.A.*, para a realização de visitas ao núcleo de arte rupestre da Canada do Inferno e ao Museu do Côa.
- b) Assinatura de protocolos de colaboração com as empresas *Memórias do Côa*, de Carlos Alberto Jacinto Alves e *Stone Memories*, de Glória Donoso Zapata para realização de visitas aos núcleos de arte rupestre abertos ao público);
- c) Elaboração de um regulamento normalizador da atividade dos operadores privados no PAVC;
- d) Revisão e atualização de todos os protocolos existentes com os operadores privados com atividade na área do PAVC;
- e) Na parceria com a empresa *CP - Comboios de Portugal*, para a realização do programa *Rota das Amendoeiras em Flor*, o Museu do Côa passou a integrar as Rotas A e B;
- f) Os espaços do Museu do Côa foram utilizados para as seguintes iniciativas:
  - 12/07 – Sessão fotográfica com a Empresa Roche Bobois International (Mobiliário).
  - 15/07 – Utilização do Auditório para as Jornadas de Inovação



Turística, no âmbito do Projecto *Tourism Innovation Journeys*, resultante da parceria com a Universidade Lusófona e o Instituto Superior Novas Profissões;

- g) Elaboração da candidatura “Valorização turística do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa, Património da Humanidade” submetida ao *Programa Valorizar*, do Turismo de Portugal, que foi aprovada em setembro, no montante global de € 448.533,71.

## 6) Comunicação e Imagem

- a) **Todo ao ano** - Manutenção e atualização da página internet do projeto PalaeoCôa: <http://paleocoa.wix.com/paleocoa>;
- b) **Todo o ano** – Manutenção e atualização dos conteúdos da página da Fundação Côa Parque: <http://arte-coa.pt>;
- c) **Todo o ano** - *Gestão continuada da presença da Fundação Côa Parque nas redes sociais (Facebook, Twitter, YouTube e Tripadvisor).*
- d) **Todo o ano** – Acompanhamento de trabalhos jornalísticos, e atividades de divulgação, nomeadamente *press trips e fam trips*;
- e) **Dezembro** - Colaboração na reportagem sobre a Cardina, produzida pela RTP, emitida no Portugal em Direto e Jornal da Noite;
- f) **Agosto** - Reedição do filme da sala A do Museu do Côa;
- g) Participação na equipa de produção do guião expositivo e de conteúdos do Centro Interpretativo do Carso de Sicó – EXPLORE SICÓ.



## Análise Económico-Financeira

### 1) Análise Financeira (patrimonial)

Segue-se, agora, a análise à performance económica e financeira da Fundação, efetuada com base na informação contabilística referente ao exercício de 2017, numa base comparativa com a informação referente ao exercício de 2016. Tal informação foi preparada pela empresa de contabilidade ACONTA, tendo, posteriormente, sido objeto de Revisão/Auditoria.

Assim,

O Balanço da *Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa* (Côa Parque) relativo ao exercício de 2017, apresenta um Ativo Líquido de 581.837,46 euros, um valor de Fundos Patrimoniais de 226.962,50 euros, sendo o seu passivo no valor de 354.874,96 euros.

Apresentando-se, também, os valores de 2016 para efeitos comparativos, os grandes agregados do Balanço de 2017 (e de 2016), estruturam-se do seguinte modo:

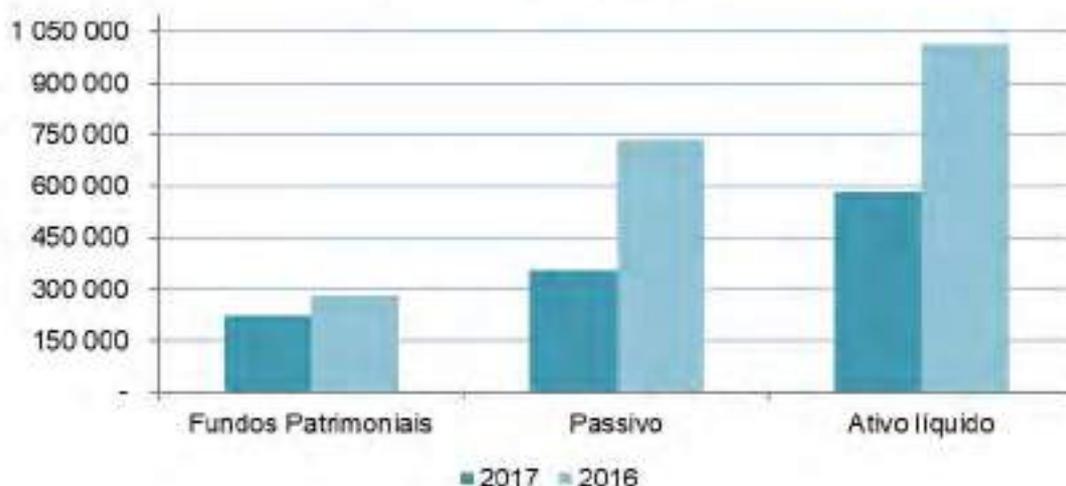
(valores expressos em euros)

Rubrica	2017	2016
<b>Fundos Patrimoniais</b>	226.962,50	280.727,65
<b>Passivo</b>	354.874,96	734.945,56
<b>Ativo líquido</b>	581.837,46	1.015.673,21

O valor do ativo líquido diminuiu consideravelmente entre 2016 e 2017, tendo continuado a ser financiado maioritariamente por passivos. Em termos gráficos, podemos visualizar a estrutura do balanço da seguinte forma:



### Estrutura do Balanço

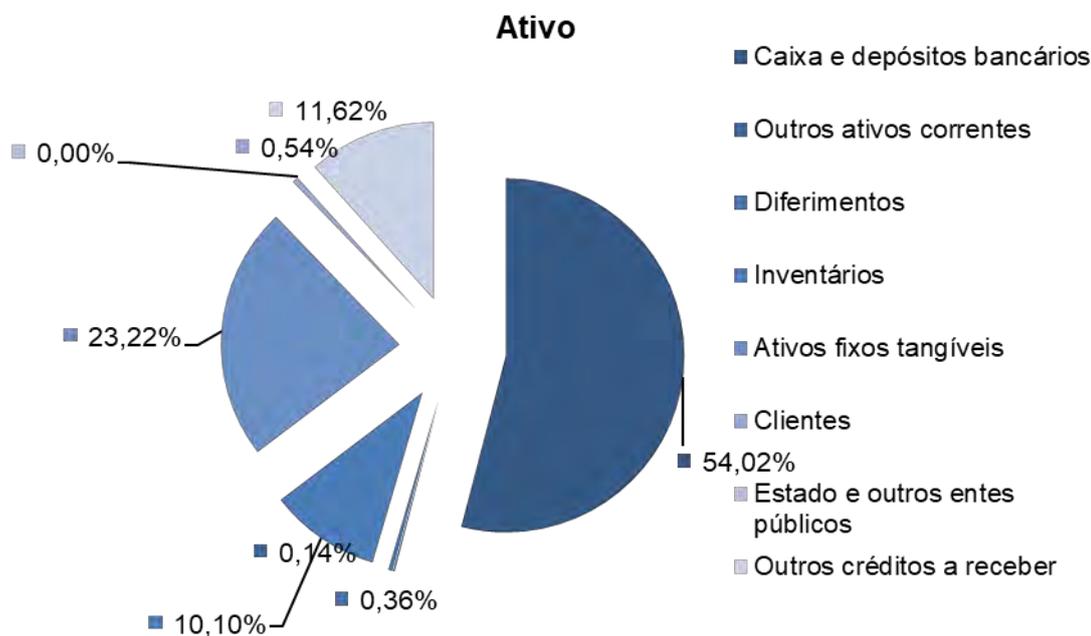


Todas as rubricas do ativo estão valorizadas pelo custo de aquisição (Princípio do Custo Histórico) à exceção dos bens (imobilizado e alguns inventários) doados pelo IGESPAR (atual DGPC). Os Fundos Patrimoniais derivam dos fundos provenientes dos vários fundadores, do valor dos bens constante da contabilidade do IGESPAR à data em que foram doados por aquela entidade à Fundação Cõa Parque, e do valor dos subsídios atribuídos pelo FEDER relativos a bens de investimento.

Estrutura do Ativo	2017		2016	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	314 312,53	54,02%	125 949,14	12,40%
<b>Outros ativos correntes</b>	814,38	0,14%	3 751,33	0,37%
<b>Diferimentos</b>	2 096,91	0,36%	158,03	0,02%
<b>Inventários</b>	58 780,93	10,10%	60 654,85	5,97%
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	135 087,71	23,22%	250 941,01	24,71%
<b>Clientes</b>	3 159,63	0,54%	2 905,08	0,29%
<b>Estado e outros entes públicos</b>			9,11	0,00%
<b>Outros créditos a receber</b>	67 585,37	11,62%	571 304,66	56,25%
<b>Total</b>	<b>581 837,46</b>	<b>100%</b>	<b>1 015 673,21</b>	<b>100%</b>

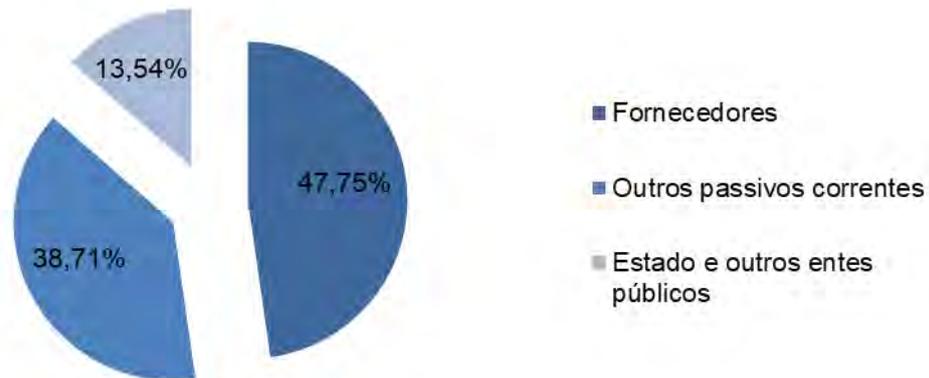


Estrutura do Passivo	2017		2016	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
<b>Fornecedores</b>	169 440,97	47,75%	447 700,40	60,92%
<b>Outros passivos correntes</b>	137 378,38	38,71%	96 298,10	13,10%
<b>Estado e outros entes públicos</b>	48 055,61	13,54%	190 947,06	25,98%
<b>Total</b>	<b>354 874,96</b>	<b>100,00%</b>	<b>734 945,56</b>	<b>100,00%</b>





## Passivo



Analisando alguns aspetos do Balanço, podemos constatar que, em termos globais, o mesmo apresenta algumas variações relevantes de 2016 para 2017.

No que se refere aos seus valores Ativos, as rubricas que, de longe, mais se têm destacado são as dos “Ativos Fixos Tangíveis” e de “Créditos a receber”, assumindo as restantes valores pouco significativos. Exceção, nos dois últimos exercícios, e em especial no de 2017, para o forte aumento da relevância da rubrica “Caixa e depósitos bancários”.

No domínio dos Ativos Fixos Tangíveis (cujos valores são apresentados na tabela acima em termos líquidos), verificou-se uma descida do valor dos mesmos em cerca de 115.000,00 €, facto que resulta de um praticamente nulo nível de investimento realizado em 2017 e do efeito “Depreciações do Exercício”.

Ao nível da rubrica de Créditos a Receber, a diminuição verificada no respetivo saldo em 2017 está em grande parte relacionada com a concretização da maioria das transferências inerentes aos subsídios do ano de 2016 que a Côa Parque teve direito a receber dos seus membros fundadores, por forma a fazer face aos gastos decorrentes da sua atividade operacional (apesar de ainda se manterem em dívida algumas verbas desde 2013). O forte aumento que esta rubrica tinha verificado no exercício de 2016 teve origem na decisão constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016, de 30 de novembro, a qual estabeleceu a necessidade de os vários fundadores atribuírem, no conjunto, e de forma



proporcional à participação de cada um nos Fundos da Fundação, a verba de 639.424,00 € destinada ao equilíbrio de contas desta.

Com base no que acaba de ser dito se apresenta a explicação para o aumento de cerca de 190.000,00 € experienciado pela rubrica de “Caixa e depósitos bancários” em 2017.

De entre as restantes rubricas que compõem o Ativo, e apesar de as mesmas se revelarem pouco significativas, merece apenas referência o comportamento apresentado pela rubrica de “Inventários”. Ao nível desta rubrica, verifica-se uma nova diminuição em 2017, embora bastante menor do a que vinha sendo apresentada nos últimos anos. Em 2017, a diminuição referida é de cerca de 2.000,00 €, refletindo, em parte, o desagravamento das dificuldades financeiras da Fundação ocorrido no ano de 2017, que têm assentado num quase inexistente fundo de maneiço, visto que em 2016 a redução desta rubrica tinha ascendido a cerca de 5.000,00 €.

Quanto ao Passivo da instituição, o mesmo converge para três componentes relevantes: “Fornecedores”, “Estado e outros entes públicos” e “Outros passivos correntes”.

O valor da rubrica “Fornecedores” é maioritariamente composto pela dívida a uma entidade e reflete a dificuldade que tem enfrentado a entidade em honrar os seus compromissos de curto prazo e a necessidade do recebimento das contribuições devidas por parte dos seus membros fundadores.

Quanto ao valor das dívidas ao Estado e outros entes públicos, existe um plano de pagamento em prestações de uma dívida à Segurança Social a rondar os 23.000,00 €, a que acresce o valor do IVA referente ao último trimestre de 2017 e outros impostos e contribuições (IRS, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE) de dezembro de 2017 a entregar ao Estado.

Ao nível da rubrica de “Outros passivos correntes”, seguindo o princípio da especialização dos exercícios, a entidade registou a estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias referentes a 2017 e a pagar em 2018 aos seus funcionários, sendo tal estimativa a responsável por mais de 91.000,00 € dos 137.378,38 € constantes daquela rubrica. O remanescente diz essencialmente respeito a montantes a devolver a um dos Fundadores (cerca de 19.000,00 €) - embora a Fundação se encontre a analisar o histórico



do relacionamento financeiro com tal Fundador, com vista a determinar o saldo final da conta corrente entre ambos, podendo concluir que nada é devido ou até concluir que tem valores a haver - a um adiantamento recebido no âmbito de um projeto participado por fundos comunitários, que ascende a cerca de 14.000,00 € e a valores em dívida a elementos do Conselho de Administração (cerca de 11.000,00 €), sendo que, também nesta situação, o valor a pagar a final poderá ser bastante inferior.

## ***2) Análise Económica***

O Resultado Líquido do exercício é positivo, no montante de 59.090,39 euros, que compara com um resultado de 465.522,09 euros referente ao exercício de 2016. Neste particular e na vertente económica, verifica-se, portanto, uma variação negativa considerável no comportamento da Fundação Cõa Parque.

Por detrás desta variação encontra-se, principalmente, a verba atribuída em 2016 pela Resolução do Conselho de Ministros, já mencionada, a qual apenas afetou aquele exercício. Em 2017, os montantes que cada fundador devia transferir para a Fundação sofreram uma redução em cerca de 360.000,00 relativamente a 2016, o que justifica este decréscimo. No entanto, também contribuíram para esta queda os ligeiros aumentos dos valores dos gastos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal. Ao nível dos fornecimentos e serviços externos, o aumento verificou-se no âmbito dos gastos com combustíveis e dos enquadrados em projetos comunitários financiados pelo FEDER, apesar de estes últimos terem a sua contrapartida ao nível dos rendimentos na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”. No que se refere aos gastos com o pessoal, foi possível observar um aumento em cerca de 4% do valor desta rubrica, na sequência da integração do Presidente do Conselho Diretivo no quadro de pessoal remunerado pela instituição, após a adaptação, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 70/2017, de 20 de junho, dos estatutos da Fundação à Lei-Quadro das Fundações aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.



Na medida em que praticamente não se verificaram investimentos em 2017, os gastos de depreciação do ano de 2017 são muito idênticos aos mesmos gastos de 2016.

Em termos gráficos, a evolução dos resultados apresenta-se do seguinte modo:



### 3) Estrutura dos rendimentos

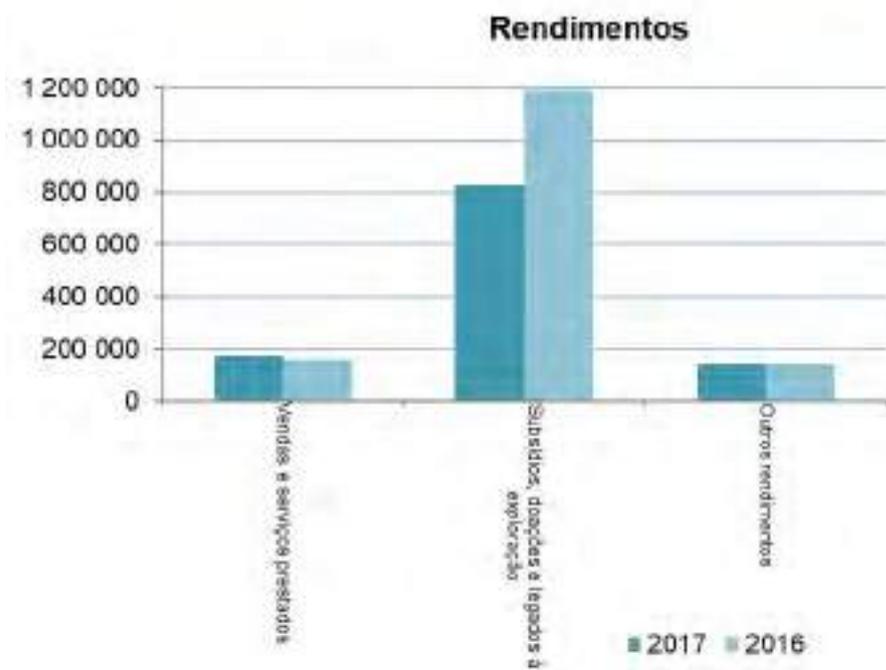
Da análise aos rendimentos, verifica-se que as Vendas e Serviços prestados ascenderam a 176.379,54 euros, em 2017, o que representa uma ligeira subida face ao ano de 2016 (161.289,01 euros). Estes rendimentos têm a sua origem, sobretudo, nas receitas de bilheteira obtidas pela entidade e na venda de artigos na loja do Museu do Côa.

A descida acentuada ao nível dos subsídios à exploração já está devidamente explicada neste relatório, enquanto o valor da rubrica “Outros rendimentos” praticamente não sofreu variação relativamente ao período anterior.



Rendimentos e Ganhos	2017		2016	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
<b>Vendas e serviços prestados</b>	176 379,54	15,44%	161 289,01	10,82%
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	824 559,49	72,20%	1 187 272,28	79,67%
<b>Outros rendimentos</b>	141 112,30	12,36%	141 666,59	9,51%
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>1 142 051,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 490 227,88</b>	<b>100,00%</b>

Apresenta-se, de seguida, a estrutura dos rendimentos inerente ao funcionamento da Fundação Cõa Parque nos exercícios de 2017 e 2016.



#### 4 - Estrutura dos gastos

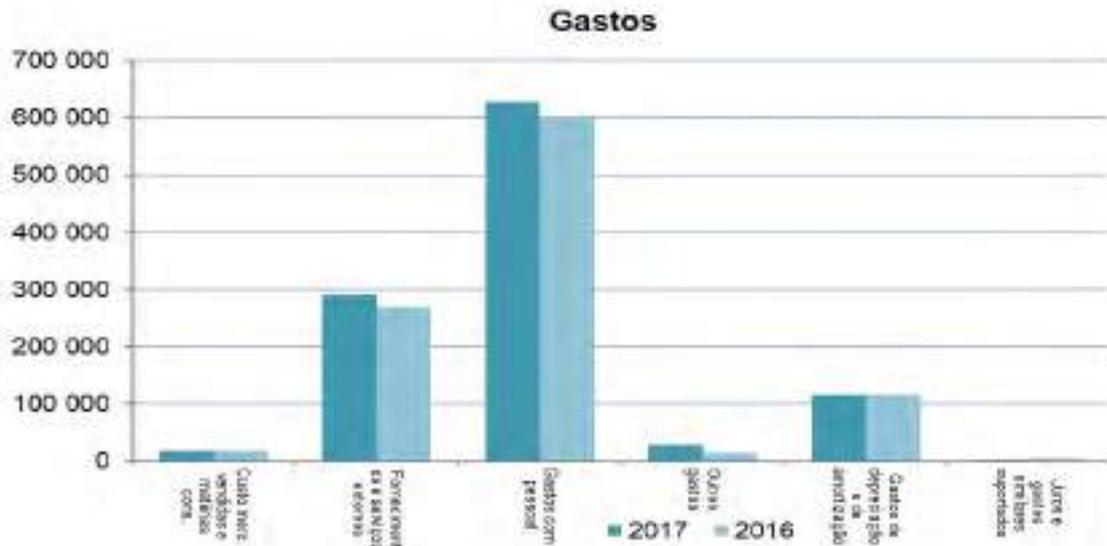
Em 2017, e comparativamente com o exercício de 2016, a estrutura de gastos da entidade apresentou-se como se segue:



Gastos e perdas	2017		2016	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
<b>Custo merc. vendas e matérias cons.</b>	18 930,90	1,75%	17 915,46	1,75%
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	289 867,37	26,77%	268 845,69	26,24%
<b>Gastos com pessoal</b>	627 170,87	57,91%	600 849,28	58,64%
<b>Outros gastos</b>	27 028,16	2,50%	15 318,75	1,49%
<b>Gastos de depreciação e de amortização</b>	116 353,20	10,74%	116 394,64	11,36%
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	3 610,44	0,33%	5 381,97	0,53%
<b>Total de Gastos</b>	<b>1 082 960,94</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 024 705,79</b>	<b>100,00%</b>

Desta estrutura de gastos, de destacar a relevância dos Fornecimentos e Serviços Externos (F.S.E.) e dos Gastos com o Pessoal, que assumem, em conjunto, quase 85,00% do total de gastos suportados pela Cõa Parque. O crescimento verificado nos F.S.E. está, na sua maioria, relacionado com gastos de combustíveis maiores e com gastos executados em 2017 no âmbito de projetos participados pelo FEDER, pelo que parte deste crescimento tem a correspondente subida no rendimento incluído na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”, tal como já referido no ponto 8.2 supra. Por sua vez, o aumento verificado ao nível dos “Gastos com o pessoal” é uma consequência da integração do Presidente do Conselho Executivo no quadro de pessoal remunerado pela Fundação. A outra rubrica que assume um valor importante nesta estrutura de gastos é a dos “Gastos de depreciação e de amortização”, que corresponde, maioritariamente, às depreciações dos ativos fixos tangíveis doados pelo IGESPAR (atual DGPC), pelo que estes gastos têm também implícito o reconhecimento de rendimentos relacionados com as depreciações praticadas sobre os bens doados.

Em termos gráficos, assim se pode representar a estrutura de gastos da Fundação Cõa Parque:



### Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de 59.090,39 € seja transferido para Resultados Transitados, para cobertura de prejuízos acumulados em anos anteriores.

### Acontecimentos subsequentes

Com relação a este tema, nada chegou ao conhecimento dos órgãos de direção que deva ser relevado neste ponto.

### Conclusão

À data do início de funções do atual Concelho Diretivo da Fundação Cõa Parque foi decidida a realização de um conjunto de reuniões sectoriais com os funcionários da instituição, destinadas a apurar o estado em que se encontravam as várias frentes de atividade. Dessa iniciativa resultou a constatação de que o desinvestimento e abandono a



que foi votada a fundação, tiveram um reflexo dramático na sua capacidade de afirmação local, regional e nacional, particularmente evidente no estado de letargia e estagnação, não raras vezes de efetiva regressão, da sua ação, que comprometia seriamente o prosseguimento dos fins a que se encontra obrigada desde a data da sua constituição: “a protecção, conservação, investigação, e divulgação da Arte Rupestre, classificada Património Mundial - UNESCO 1998, e demais património arqueológico, paisagístico, cultural e natural, na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa”.

Não obstante a situação crítica a que se chegou é da mais elementar justiça sublinhar o empenho, a resiliência e o comprometimento pessoal dos funcionários da fundação com o projeto do Vale do Côa. Ao longo de todo este período de perturbação e indefinição, na falta de orientação estratégica superior, conseguiram assegurar o funcionamento quotidiano da instituição, respondendo com elevado profissionalismo às solicitações da atividade turística, e mantendo, ainda que de forma intermitente, os trabalhos de investigação arqueológica e o programa de serviço educativo.

A definição de uma estratégia de ação de médio prazo, consistente e integradora, que reflita fielmente as linhas orientadoras das tutelas governamentais, expressas na já referida Resolução do Conselho de Ministros, e atenda às idiossincrasias do território e do próprio desígnio basilar de protecção, conservação, investigação, e divulgação da diversidade de patrimónios existentes na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa, a que a Fundação Coa Parque está vinculada, justifica que se considere a observância de um conjunto de pressupostos norteadores das opções tomadas, que depois tenham repercussão direta na elencagem dos principais objetivos e respetivas linhas de ação.

Neste contexto, impõe-se uma reflexão aprofundada em torno da necessidade de reconhecimento e inscrição do Parque Arqueológico do Vale do Côa como património comum, vinculando a comunidade local, regional e nacional à responsabilidade da sua salvaguarda, preservação e valorização; da importância da reabilitação e reafirmação deste projeto à escala global, potenciando a colaboração em rede; da pertinência da sua reintegração no contexto territorial próximo; da oportunidade da sua abertura à investigação científica integrada; da sua afirmação como ativo turístico de referência, no



plano interno e externo; e da inevitabilidade da reformar e reoperacionalizar os recursos existentes.

No final do ano de 2017 o Conselho Diretivo da Fundação Côa Parque aprovou o Plano Estratégico para o período 2018-2022 e o Plano de Atividades para 2018, sendo espectável que arranque, desde já, o processo de reestruturação da instituição e a sua abertura a uma comunidade científica mais alargada e às novas dinâmicas turísticas que têm favorecido a região, encontrando aí os ingredientes necessários para o incremento da atividade económica e a valorização do território e das pessoas.

## **Anexos**

### ***Anexo 1 – Anexo às Contas***

#### ***Exercício de 2017***

##### ***1 – Identificação da entidade:***

###### ***1.1 – Designação da entidade.***

Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa

NIPC 510 058 086

###### ***1.2 – Sede.***

A sede da instituição localiza-se na Rua do Museu do Côa, 5150 – 620 Vila Nova de Foz Côa.

###### ***1.3 – Natureza da atividade.***

A Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa é uma fundação pública com regime de direito privado, criada pelo Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de março. A fundação tem como objetivo gerir, de forma integrada, o património arqueológico, paisagístico e cultural do Vale do Côa.

##### ***2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:***



2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Sector Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior.

### **3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

#### **3.1 – Principais políticas contabilísticas:**



a) *Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:*

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se, então, que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

- Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por



parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

Tais considerações e princípios sobre a materialidade foram acolhidos na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da instituição.

- Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

- Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Genericamente, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo, não tendo sido alterada qualquer política contabilística relativamente ao período anterior.

*b) Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento):*

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Edifícios/outras construções, Viaturas, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores. No caso dos bens transferidos pelo IGESPAR, a sua mensuração foi efetuada pelo valor pelo qual figuravam na contabilidade desse organismo à data da transferência para a Fundação, deduzido das correspondentes depreciações.



As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre os ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas aos AFT.

### Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo médio ponderado.

### Imparidade de ativos

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica “Perdas por imparidade”.

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

### Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo



que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

#### Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

#### Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a venda ou prestação de serviços.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a venda e/ou a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

#### *c) Principais pressupostos relativos ao futuro:*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Fundação Cõa Parque.



Na preparação das Contas, assumiu-se a inexistência do risco de incobrabilidade dos créditos detidos sobre os Fundadores ligados às transferências financeiras a que estes estão vinculados para apoio às despesas de funcionamento da entidade.

*d) Principais fontes de incerteza das estimativas:*

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

*3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:*

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas de um período para o outro.

*3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas:*

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

*3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:*

Foram reavaliados alguns saldos constantes da contabilidade da entidade transitados do período anterior, total ou parcialmente, tendo-se concluído não só pela impossibilidade da sua realização, de créditos reconhecidos excessivamente sobre uma entidade financiadora no âmbito de um projeto participado, mas também pela incorreta contabilização de rendimentos em 2016, na medida em que as transferências recebidas se tratavam de adiantamentos no âmbito de determinado projeto. Em resultado dessa reavaliação, a correspondente correção foi refletida na demonstração dos resultados do período. Assim, o resultado líquido da entidade foi diminuído em 23.732,65 €, o ativo foi diminuído em 9.329,95 € e o passivo aumentado em 14.402,70 €.

Foram, também, contabilizados na demonstração dos resultados do período 2.108,72 € relativos a anulação de gastos estimados em excesso em períodos anteriores, relacionados com um débito a um ex-elemento do Conselho de Administração, correspondente à remuneração pelo desempenho de funções em substituição de um ex-Presidente do mesmo Conselho. Essa contabilização teve como consequência uma melhoria dos resultados do período da entidade, pelo montante assinalado.

#### **4 – Ativos Fixos Tangíveis**

*Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:*



*a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:*

No que se refere aos bens transferidos para a entidade pela DGPC (antigo IGESPAR), a base de mensuração usada assenta no valor constante dos registos contabilísticos dessa Direção Geral para esses bens à data da transferência.

O modelo subjacente à valorização dos vários elementos que compõem o Ativo Fixo Tangível, incluindo não só os bens transferidos pela DGPC mas também os bens adquiridos pela Fundação, é o modelo do custo.

- Ver 3.1 b)

*b) Métodos de depreciação usados:*

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

*c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas*

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público		Bens do património histórico, artístico e cultural		Outros ativos fixos tangíveis				
	...	...	...	...	Edif. e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis					10 anos	3 - 10 anos	4 anos	3 - 8 anos	4 - 8 anos
Taxas de depreciação					10,00%	10 - 33,33%	25,00%	12,5 - 33,33%	12,5 - 25%
Métodos de depreciação					Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

*d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e*

*e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.*



(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural	Outros ativos fixos tangíveis					Ativos fixos tangíveis em curso	Totais	
				Edifícios e Outras Const.	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis			
Em 01.01.2016	Quantias brutas escrituradas			75 178,10	1 211 598,26	65 530,00	284 193,31	17 501,85		1 654 001,52	
	Depreciações acumuladas			(14 635,87)	(919 852,16)	(65 530,00)	(280 213,40)	(6 434,44)		(1 286 665,87)	
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas			60 542,23	291 746,10		3 979,91	11 067,41		42 367 335,65	
Movimentos do período 2016	Adições	Aquisições									
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização									
		Decréscimos por revalorização									
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(7 517,81)	(105 728,17)		(894,40)	(2 254,26)		(116 394,64)
		Reversões de depreciações									
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade									
Reversões de perdas por imparidade											
Em 31.12.2016 (01.01.2017)	Quantias brutas escrituradas			75 178,10	1 211 598,26	65 530,00	284 193,31	17 501,85		1 654 001,52	
	Depreciações acumuladas			(22 153,68)	(1 025 580,33)	(65 530,00)	(281 107,80)	(8 688,70)		(1 403 060,51)	
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas			53 024,42	186 017,93		3 085,51	8 813,15		250 941,01	
Movimentos do período 2017	Adições	Aquisições					499,90			499,90	
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização									
		Decréscimos por revalorização									
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(7 517,81)	(105 653,15)		(1 061,02)	(2 121,22)		(116 353,20)
		Reversões de depreciações									
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade									
Reversões de perdas por imparidade											
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas			75 178,10	1 211 598,26	65 530,00	284 693,21	17 501,85		1 654 501,42	
	Depreciações acumuladas			(29 671,49)	(1 131 233,48)	(65 530,00)	(282 168,82)	(10 809,92)		(1 519 413,71)	
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas			45 506,61	80 364,78		2 524,39	6 691,93		135 087,71	

## 5 – Inventários:

### 5.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.



Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico	✓				
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico					
		Custo corrente					
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra	✓				
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais	✓				
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição	✓				
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes	✓				
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
		Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
	Outros custos	Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
		Custos de empréstimos obtidos					
	Técnicas de mensuração do custo	Custos padrão regularmente revistos	✓				
		Outras					
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos	✓					
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado						

As mercadorias encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui eventuais despesas incorridas até ao armazenamento.

O sistema de inventário utilizado é intermitente.

5.2 – *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.*



(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção				Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	
31.12.2017	Inventários armazenados na entidade	58 780,93		58 780,93					58 780,93
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito							
		Em poder de terceiros							
	Subtotal								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado								
	Perdas por imparidade								
Totais		58 780,93		58 780,93					58 780,93
31.12.2016	Inventários armazenados na entidade	60 654,85		60 654,85					60 654,85
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito							
		Em poder de terceiros							
	Subtotal								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado								
	Perdas por imparidade								
Totais		60 654,85		60 654,85					60 654,85

## 6 – Rendimentos e Gastos:

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a venda e/ou prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os réditos associados às vendas de mercadorias são reconhecidos imediatamente após a consumação de tais vendas, as quais se traduzem na entrega das mercadorias aos clientes, procedendo-se à emissão do documento de venda logo após a referida entrega.



No que se refere às prestações de serviços, os réditos correspondentes são reconhecidos no momento dessa prestação, com base nos tickets e/ou faturas emitidos a propósito.

6.2 - *Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.*

Além das correções já referidas no ponto 3.4 deste Anexo, não foram reconhecidas quaisquer outras quantias de rendimentos ou de gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

## 7 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

7.1 - *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.*

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo 01.01.2016	Débitos	Créditos	Saldo 31.12.2016 (Saldo 01.01.2017)	Débitos	Créditos	Saldo 31.12.2017
Outras variações no capital próprio	344 939,85	(113 703,77)	2 145,62	233 381,70	(112 855,54)		120 526,16
Subsídios	68 803,09	(11 886,50)	2 145,62	59 062,21	(10 955,93)		48 106,28
Doações	276 136,76	(101 817,27)		174 319,49	(101 900)		72 419,88
Outras							

As diminuições (débitos) registados durante os períodos de 2017 e 2016 correspondem, exclusivamente, à imputação dos subsídios recebidos a rendimentos do exercício, na proporção das depreciações efetuadas no próprio exercício relativas aos ativos financiados.

Já os aumentos (créditos) verificados no período de 2016 decorrem, em exclusivo, do recebimento (final) de um subsídio no âmbito do projeto Norte-08-0569-FEDER-000095.

7.2 - *Principais doadores/fontes de fundos.*



(valores expressos em euros)

Fontes de fundos		Período 2017			Período 2016		
		Quantias atribuídas no período	Quantias atribuídas acumuladas até ao período	Total	Quantias atribuídas no período	Quantias atribuídas acumuladas até ao período	Total
Fundadores	DGPC		275 000,00	275 000,00		275 000,00	275 000,00
	Município V. N. Foz Côa		20 000,00	20 000,00		20 000,00	20 000,00
	Turismo Porto e Norte		100 000,00	100 000,00		100 000,00	100 000,00
	A. P. A.		100 000,00	100 000,00		100 000,00	100 000,00
	Assoc. Munic. Vale do Côa		5 000,00	5 000,00		5 000,00	5 000,00
			500 000,00	500 000,00		500 000,00	500 000,00
Associados	...						
Membros	...						
Patrocinadores	...						
Doadores	...						
Outros	...						
Totais			500 000,00			500 000,00	500 000,00

Os valores mencionados nesta tabela dizem respeito à realização do capital fundacional, o qual ascende a 500.000,00 €.

À data de 31/12/2017, o valor do capital subscrito encontrava-se totalmente realizado.

## 8 – Instrumentos financeiros:

8.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e



- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final do período a entidade não dispunha deste tipo de instrumentos.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro/passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram. Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A entidade não dispõe de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

*8.2 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.*



(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos	500 000,00			500 000,00
Excedentes técnicos				
Reservas				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	(918 176,14)		465 522,09	(452 654,05)
Excedentes de revalorização				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	233 381,70	(112 855,54)		120 526,16
Subsídios	59 062,21	(10 955,93)		48 106,28
Doações	174 319,49	(101 899,61)		72 419,88
Outras				

O aumento registado em Resultados Transitados resulta, em exclusivo, da aplicação do resultado líquido do período de 2016 (465.522,09 €).

Por sua vez, as alterações verificadas nas rubricas de “Subsídios” e “Doações” são as já mencionadas no ponto 7.1.

*8.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:*

*Outras dívidas.*

As dívidas da entidade superiores a um ano decorrem de um acordo prestacional firmado com a Segurança Social, no decurso de 2016, e o seu montante ascende a 15.721,86 €, sendo a dívida englobada no referido acordo, à data de 31/12/2017, de 22.709,46 €.

## **9 – Benefícios dos empregados.**

*9.1 – Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.*



Colaboradores durante o período	Período 2017		Período 2016	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	4	3	3	3
Empregados	33	33	33	34
Cooperantes				
Voluntários				

Em 2016, o Conselho de Administração era constituído por três elementos (um presidente e dois vogais não executivos).

Contudo, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 70/2017, de 20 de junho, veio dar-se cumprimento às determinantes da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro, na qual se determinou a respetiva aplicação às fundações públicas de direito privado já criadas e reconhecidas, impondo-se a adequação da denominação e dos estatutos da Fundação Cõa Parque ao estatuído na mencionada lei. Ao mesmo tempo, a aprovação do referido Decreto-Lei enquadra-se no compromisso estabelecido pelo n.º 8 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016, de 30 de novembro, no sentido de imprimir à Fundação uma nova dinâmica de atuação, com vista à adequada prossecução da missão de interesse público que lhe está atribuída.

Assim, os estatutos da Fundação foram adaptados aos princípios e determinações constantes da mencionada Lei-Quadro das Fundações, sendo que o Conselho de Administração deu lugar a um Conselho Diretivo, o qual é composto por quatro elementos (um presidente, um vice-presidente e dois vogais). Destes quatro elementos, apenas um dos vogais já pertencia ao anterior Conselho de Administração, enquanto vogal não executivo, sendo os restantes três novos elementos.

## 9.2 – *Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:*

### *Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.*



Até à alteração dos estatutos da Fundação, nenhum dos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão recebia qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados. Após essa alteração, que ocorreu em meados de 2017, apenas o Presidente do Conselho Diretivo passou a ser remunerado. No ano de 2017, a sua remuneração base ascendeu a 24.297,49 €, os encargos sociais a 5.418,34 € e as despesas de representação a 4.668,18 €. O subsídio de alimentação foi idêntico ao da generalidade dos trabalhadores, com um valor diário de 4,52 €, até 31/12/2017.

#### **10 — Acontecimentos após a data do balanço:**

*Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração dos resultados nem no balanço.*

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

#### **11 — Divulgações exigidas por outros diplomas legais:**

##### *11.1 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.*

À data de 31 de dezembro de 2017, a entidade não apresentava quaisquer dívidas ao Estado em situação de mora. A dívida à Segurança Social encontra-se enquadrada num plano de pagamentos prestacional acordado com esta, iniciado no decurso de 2016 e que terminará no início de 2021, e ascendia, em 31/12/2017, a 22.709,46 €.

Não existem valores a pagar aos trabalhadores em situação de mora.

Nessa mesma data, encontra-se em análise a possibilidade de existência de verbas por pagar aos ex-elementos do Conselho de Administração (C. A.), identificadas no histórico de relatórios, respeitantes a senhas de presença (2.298,60 €) e de reembolso de despesas efetuadas por um anterior presidente do C. A. em nome e por conta da entidade (5.791,14 €). Há ainda a considerar o débito a um ex-elemento do Conselho de Administração, pelo valor de 2.745,55 €, correspondente à remuneração pelo desempenho de funções em substituição de um ex-Presidente do mesmo Conselho.



Esclarece-se que não foram tomados em linha de conta os (eventuais) impactos de natureza económica e financeira que poderão decorrer para a Fundação em resultado das conclusões constantes do Relatório produzido pela Inspeção Geral de Finanças associado à Auditoria que levou a cabo aos anos de 2011 a 2014.

Tais impactos, a terem lugar, não deverão apresentar relevância.

Ainda a este respeito, tendo em conta o disposto no número 2 do Artigo 6º do Decreto-Lei nº 70/2017, de 20 de junho, o Turismo de Portugal, IP ocupou a posição detida pela Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER no capital fundacional da entidade. Entretanto, este último organismo vem reclamar da Fundação a devolução de 195.990,26 €, alegando que tal valor foi indevidamente transferido para esta no ano de 2014 a propósito das participações que lhe competia suportar nos orçamentos anuais de exploração da mesma. Fundamenta esta sua pretensão ou reclamação em Parecer emitido pela IGF em 9 de março de 2016.

Contudo, é entendimento da Fundação que a supra citada Reclamação não pode ser atendida, dado que não colhem os argumentos subjacentes à mesma.

Neste momento, está a Fundação a proceder ao exame do relacionamento institucional entre as duas entidades ao longo dos últimos anos, com os correspondentes reflexos na vertente financeira, com a finalidade de determinar o saldo final da conta corrente entre ambas. É convicção do Conselho Diretivo que, na pior das hipóteses, o valor a devolver, se a ele houver lugar, não pode ultrapassar os 19.000,00 €.

### *11.2 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único.*

Pelos serviços prestados durante o período de 2017, o Revisor Oficial de Contas auferiu honorários/ano no valor de 4.980,00 €, mais IVA.

## **12 — Outras divulgações:**

*Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.*

*a) Informação relativa a ativos e passivos financeiros;*



(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2017			Período 2016		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Cientes e utentes	3 159,63		3 159,63	2 905,08		2 905,08
	Outros créditos a receber	67 585,37		67 585,37	571 304,66		571 304,66
	Estado e outros entes públicos	-			9,11		9,11
	Débitos de fornecedores e pessoal	814,38			3 751,33		
	Caixa e depósitos bancários	314 312,53		314 312,53	125 949,14		125 949,14
		385 871,91		385 871,91	703 919,32		703 919,32
Passivos financeiros	Fornecedores	169 440,97		169 440,97	447 700,40		447 700,40
	Estado e outros entes públicos - curto prazo	32 333,75		32 333,75	168 237,61		168 237,61
	Estado e outros entes públicos - m/l prazo	15 721,86		15 721,86	22 709,45		22 709,45
	Outros passivos correntes	137 378,38		137 378,38	96 298,10		96 298,10
		354 874,96		354 874,96	734 945,56		734 945,56

52

b) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos;

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos			Período 2017	Período 2016
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Outros acréscimos de rendimentos		3 690,00
		...		
	Totais			3 690,00
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	94 188,93	84 707,09
Trabalhos especializados		510,45	3 000,00	
Totais		94 699,38	87 707,09	
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	2 096,91	158,03
		...		
	Totais		2 096,91	158,03
	Rendimentos a reconhecer	...		
...				
Totais				

c) Detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”;



(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2017			31.12.2016		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento				9,11		9,11
Retenção de capitais				9,11		9,11
Retenção de impostos sobre rendimentos		(5 914,28)	(5 914,28)		(18 255,00)	(18 255,00)
Imposto sobre o valor acrescentado		(2 144,98)	(2 144,98)		(1 627,05)	(1 627,05)
Outros impostos						
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE		(39 996,35)	(39 996,35)		(171 065,01)	(171 065,01)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações						
Totais		(48 055,61)	(48 055,61)	9,11	(190 947,06)	(190 937,95)

53

d) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários;

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2017			31.12.2016		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	136,27		136,27	138,56		138,56
	Subtotais	136,27		136,27	138,56		138,56
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	309 176,26		309 176,26	120 810,58		120 810,58
	Depósitos a prazo	5 000,00		5 000,00	5 000,00		5 000,00
	Subtotais	314 176,26		314 176,26	125 810,58		125 810,58
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		314 312,53		314 312,53	125 949,14		125 949,14

e) Detalhe do rédito;



(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2017			Período 2016			Período 2015	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	34 840,11	19,75%	11,56%	31 229,67	19,36%	(23,20%)	40 661,16	23,46%
Prestação de serviços	141 539,43	80,24%	8,83%	130 059,34	80,62%	(1,79%)	132 427,82	76,40%
Juros	12,42	0,01%	(65,59%)	36,09	0,02%	(85,30%)	245,44	0,14%
Royalties								
Dividendos								
Totais	176 391,96	100%	9,34%	161 325,10	100%	-6,93%	173 334,42	100%

f) Quantia de inventários reconhecida como um gasto (rendimento) durante o período;

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo				Período 2017			Período 2016			
				Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Compras	Inventários no começo do período		+	60 654,85		60 654,85	65 539,99		65 539,99
		Compras		+	17 098,93		17 098,93	13 030,32		13 030,32
		Devoluções de compras		-	(41,95)		(41,95)			
		Descontos e abatimentos em compras		-						
		Total	=	+	17 056,98		17 056,98	13 030,32		13 030,32
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações		+/-						
		Perdas em sinistros		-						
		Perdas por quebras		-						
		Outras perdas		-						
		Ofertas e amostras		-						
		Ganhos em sinistros		+						
		Ganhos por sobras		+						
	Outros ganhos		+							
	Total	=	+							
Inventários no fim do período		-	(58 780,93)		(58 780,93)	(60 654,85)		(60 654,85)		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	18 930,90		18 930,90	17 915,46		17 915,46		
Perdas em inventários		+								
Ofertas e amostras de inventários		+								
Perdas por imparidade		+								
Totais		=	18 930,90		18 930,90	17 915,46		17 915,46		

g) Desdobramento da rubrica "Fornecimentos e serviços externos";



(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2017	Período 2016
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	37 133,70	29 720,84
	Publicidade e propaganda	87,35	
	Vigilância e segurança	143 172,00	143 172,00
	Honorários		
	Comissões		
	Conservação e reparação	11 578,69	10 583,58
	Outros		
Totais		191 971,74	183 476,42
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 702,68	2 034,67
	Livros e documentação técnica		
	Material de escritório	2 933,99	600,98
	Artigos para oferta		
	Outros		
Totais		8 636,67	2 635,65
Energia e fluidos	Eletricidade	54 401,34	55 316,93
	Combustíveis	17 775,58	13 312,42
	Água	762,50	715,47
	Outros		
Totais		72 939,42	69 344,82
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	3 262,81	111,40
	Transportes de pessoal	319,85	
	Transportes de mercadorias	293,84	235,83
	Outros		
Totais		3 876,50	347,23
Serviços diversos	Rendas e alugueres	1 316,10	
	Comunicação	8 137,42	8 199,10
	Seguros	2 170,95	2 803,47
	Royalties		
	Contencioso e notariado	62,00	33,00
	Despesas de representação		
	Limpeza, higiene e conforto	734,00	1 981,60
Outros serviços	22,57	24,40	
Totais		12 443,04	13 041,57
Totais		289 867,37	268 845,69



*h) Desdobramento da rubrica “Gastos com o pessoal”;*

*(valores expressos em euros)*

Gastos com o Pessoal	Período 2017	Período 2016
Remunerações do pessoal	476 828,62	456 725,32
Encargos sobre remunerações	108 446,17	106 219,80
Seguro de acidentes de trabalho	156,30	156,30
Outros gastos com o pessoal	40 512,28	35 252,86
Subsídio de alimentação	32 164,42	32 140,26
Abono de família	2 271,14	1 719,72
Despesas de representação	5 041,24	357,40
Ajudas de custo	1 035,48	1 035,48
Outros	1 227,50	2 495,00
Totais	627 170,87	600 849,28

*i) Detalhe dos Subsídios à Exploração reconhecidos e das dívidas existentes à data de 31/12/2017.*



(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com rendimentos	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	DGPC	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	666 683,00	-	666 683,00
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	DGPC	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2017	31/12/2017	595 000,00	-	595 000,00
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Município de V. N. Foz Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	48 486,09	-	48 486,09
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Município de V. N. Foz Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2017	31/12/2017	-	22 909,09	22 909,09
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Turismo Porto e Norte	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	215 885,00	-	215 885,00
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Turismo Porto e Norte	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2017	31/12/2017	88 000,00	-	88 000,00
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	A. P. A.	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	227 885,00	-	227 885,00
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	A. P. A.	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2017	31/12/2017	100 000,00	-	100 000,00
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2013	31/12/2013	5 780,28	1 198,53	6 978,81
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2014	31/12/2014	-	6 978,81	6 978,81
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2015	31/12/2015	-	5 727,27	5 727,27
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2016	31/12/2016	-	12 121,27	12 121,27
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01/01/2017	31/12/2017	-	5 727,00	5 727,00
		Comparticipações comunitárias em projetos	POCH-010145-FEDER-016605	FEDER	Exploração da herança cultural	Em dinheiro	01/06/2016	31/05/2019	18 542,70	12 923,40	31 466,10
		<b>Totais</b>								1 966 262,07	67 585,37

j) Detalhe das contas Outros Rendimentos e Outros Gastos.



(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2017	Período 2016	Outros gastos		Período 2017	Período 2016
Rendimentos suplementares	Serviços sociais	16 240,00	15 240,00	Impostos	Impostos diretos	109,08	3 320,40
	Aluguer de equipamento				Impostos indiretos		
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas		
	Royalties	...					
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas	...					
	Outros rendimentos suplementares	9 758,27	8 963,54		...		
Totais		25 998,27	24 203,54	Totais		109,08	3 320,40
Descontos de pronto pagamento obtidos		4,01	0,06	Descontos de pronto pagamento concedidos		20,79	
Outros rendimentos	Correções relativas a períodos anteriores	2 108,72	3 690,00	Outros gastos	Correções relativas a períodos anteriores	23 732,65	
	Imputação de subsídios para investimentos	112 855,54	113 703,77		Donativos		
	...				Quotizações	500,00	
	Restituição de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso da estimativa para impostos				Insuficiência da estimativa para impostos	9,11	
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
	Outros não especificados	133,34	33,12		Outros não especificados	2 656,53	11 998,35
Totais		115 097,60	117 426,89	Totais		26 898,29	11 998,35
Totais		141 099,88	141 630,49	Totais		27 028,16	15 318,75

Vila Nova de Foz Côa, 13 de abril de 2018

O Conselho Diretivo

O Contabilista Certificado



## Anexo 2 - Balanço em 31/12/2017 e 31/12/2016

Balanço em 31.12.2017 e 31.12.2016

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2017	31.12.2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	135.087,71	250.941,01
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		135.087,71	250.941,01
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	5	58.780,93	60.654,85
Créditos a receber	12	70.745,00	574.209,74
Estado e outros entes públicos	12		9,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	12	2.096,91	158,03
Outros ativos correntes	12	814,38	3.751,33
Caixa e depósitos bancários	12	314.312,53	125.949,14
		446.749,75	764.732,20
<b>Total do ativo</b>		<b>581.837,46</b>	<b>1.015.673,21</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	7 ; 8	500.000,00	500.000,00
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	8	(452.654,05)	(918.176,14)
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7 ; 8	120.526,16	233.381,70
		167.872,11	(184.794,44)
Resultado líquido do período		59.090,39	465.522,09
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>226.962,50</b>	<b>280.727,65</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	8 ; 11 ; 12	15.721,86	22.709,45
		15.721,86	22.709,45
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12	169.440,97	447.700,40
Estado e outros entes públicos	8 ; 11 ; 12	32.333,75	168.237,61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes	11 ; 12	137.378,38	96.298,10
		339.153,10	712.236,11
<b>Total do passivo</b>		<b>354.874,96</b>	<b>734.945,56</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>581.837,46</b>	<b>1.015.673,21</b>

O Conselho Diretivo

O Contabilista Certificado



### Anexo 3 – Demonstração dos Resultados em 31/12/2017 e 31/12/2016

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

Unidade monetária: €

60

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS	
			2017	2016
Vendas e serviços prestados	+	12	176.379,54	161.289,01
Subsídios, doações e legados à exploração	+	6 ; 12	824.559,49	1.187.272,28
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	12	(18.930,90)	(17.915,46)
Fornecimentos e serviços externos	-	11 ; 12	(289.867,37)	(268.845,69)
Gastos com o pessoal	-	12	(627.170,87)	(600.849,28)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-/+			
Outras imparidades (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos	+	7 ; 12	141.112,30	141.666,59
Outros gastos	-	12	(27.028,16)	(15.318,75)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		179.054,03	587.298,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4	(116.353,20)	(116.394,64)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		62.700,83	470.904,06
Juros e rendimentos similares obtidos	+			
Juros e gastos similares suportados	-		(3.610,44)	(5.381,97)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		59.090,39	465.522,09
Imposto sobre rendimento do período	-/+			
<b>Resultado líquido do período</b>	=	8	59.090,39	465.522,09

O Conselho Diretivo

O Contabilista Certificado



## Anexo 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2017 e 31/12/2016

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	+	178.821,85	162.678,57
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	(586.001,36)	(104.486,54)
Pagamentos ao pessoal	-	(761.724,88)	(510.268,74)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(1.168.904,39)	(452.076,71)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		61,10
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	1.361.868,50	566.375,49
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(1)</b>	<b>192.964,11</b>	<b>114.359,88</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(499,90)	
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		2.551,98
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(2)</b>	<b>(499,90)</b>	<b>2.551,98</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		50.000,00
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		(50.000,00)
Juros e gastos similares	-	(4.100,82)	(5.126,00)
Dividendos	-		
Redução de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(3)</b>	<b>(4.100,82)</b>	<b>(5.126,00)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1)+(2)+(3)</b>	<b>188.363,39</b>	<b>111.785,86</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	125.949,14	14.163,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	314.312,53	125.949,14

O Conselho Diretivo

O Contabilista Certificado

